

GESTÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO 5.0

Mariana Pinkoski de Souza

Henrique Guths

Paulo Fossatti

Hildegard Susana Jung

1 INTRODUÇÃO

A educação 5.0 é um marco a ser alcançado na realidade estudantil com a ampliação do conhecimento, com o compromisso ecológico, sustentável, humanitário, tecnológico, cooperativo, entre outros. Ao longo da história da Educação Superior, é possível destacar os modelos educacionais que antecedem a Educação 5.0, como a Educação 1.0, 2.0, 3.0 e 4.0. Estas se sobrepõem e estão presentes em diferentes realidades sociais disseminadas pelo mundo. Salienta-se que elas não são hierárquicas e a sequência numeral não é descrita por uma linha do tempo, mas sim sob a ótica da didática que passa a ser dividida para explicar as mudanças ao longo dos anos (VIVELA JUNIOR, *et al.*, 2020).

É fundamental destacar que o primeiro marco da educação, a Educação 1.0, cumpriu e solucionou o intuito educacional por muitos séculos. Esta educação atendia uma minoria e não compreendia toda sociedade, excluindo a maioria da população que não se encaixava nos moldes rígidos impostos. A partir disto, a Educação 5.0 pretende desestruturar padrões através dos atores principais que são os alunos, gestores e educadores, ampliando a educação para todos(as), a partir de um processo de muitas tentativas, acertos e erros ao longo do percurso educacional (VIVELA JUNIOR, *et al.*, 2020).

Frente a esta discussão, o presente estudo tem como pergunta: Quais ações a gestão universitária a partir da educação 5.0 promove com a inclusão no ensino superior? Trazendo para a reflexão os principais aspectos que norteiam esta problemática, é possível destacar que o objetivo deste estudo é verificar quais ações a gestão universitária realiza para promover a educação inclusiva a partir da educação 5.0. Este estudo está organizado a partir do resumo, a introdução, o referencial teórico com o primeiro capítulo destacando o percurso da educação até a educação 5.0 e os marcos legislativos à favor da inclusão, trazendo a reflexão sobre a evolução da educação concomitante com a sociedade ao longo dos anos. O segundo capítulo traz o embasamento sobre a gestão universitária em busca pela educação inclusiva através da educação 5.0. Após o referencial teórico é apresentado a metodologia, os resultados e discussões, as considerações finais e por fim as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O percurso até a Educação 5.0 e os marcos à favor da inclusão

A Educação 1.0, com seu marco histórico a partir do século XII, foi uma educação desvinculada da sociedade e do mundo, onde havia somente um professor ao longo de toda trajetória de aprendizagem, centralizando a figura do docente como o centro do conhecimento e o detentor do saber. Os moldes do ambiente educacional eram os mesmos do ambiente laboral, as aulas eram nas residências, ao ar livre e os recursos didáticos eram confeccionados

pelos usuários sem utilizar a comunicação, diferente dos moldes do futuro, bem como todos os recursos e as didáticas eram produzidas de acordo com as necessidades sociais (DE CARVALHO, 2022).

Segundo Resende (2019) neste mesmo período as pessoas com deficiência não tinham acesso à educação, por isso a educação 1.0 foi um marco de exclusão cruel para estes indivíduos, já que nesta época as pessoas com deficiência (PCD) eram mortas na fogueira ou queimadas em fogueira, devido a crenças não comprovadas, e por não aceitarem esta população. O motivo das mortes era em decorrência do medo e por desconhecer as causas da deficiência ou por acreditarem que o corpo de uma PCD trazia consigo espíritos do mal, o que demarcou de forma muito negativa esta população. A realidade é marcada historicamente e culturalmente, e para a educação se aproximar das PCD, foi decorrido muito tempo e muitos acontecimentos foram determinantes para a compreensão de que os direitos educacionais são para todos.

De acordo com Fava (2014) e Führ (2020) a educação 2.0 teve seu início com a Revolução Industrial, a partir do surgimento da indústria, da consolidação da formação do capitalismo e da criação de novas tecnologias, como os meios de transporte e comunicação (telefone, rádio e televisão). Este período exigia o máximo de produtividade e rapidez nas atividades dentro da sala de aula, propagando o estilo de vida dos (as) alunos (as) para o ambiente fabril. O modo de organização dentro da sala de aula era em fileiras e com afastamento para evitar conversas paralelas, onde o professor exigia silêncio e obediência, representando como seria futuramente o local de trabalho.

A educação baseada no modelo industrial formava indivíduos para tarefas mecânicas e sem pensamento crítico. Neste mesmo período, a saúde implementou a medicina avançou comprovando que a PCD poderia sobreviver e ser aceita com o amparo da família e dos serviços médicos, ocorrendo a segregação, mantendo estas pessoas nos domicílios ou manicômios (SOUZA, 2016).

Em meados de 1950 iniciou a Terceira Revolução Industrial, com a revolução da eletrônica, com a automatização das fábricas por meio dos sistemas ciberfísicos, o avanço da internet, a introdução da nanotecnologia, a inteligência artificial, dentre outras (SILVÉRIO; ISOBE, 2020). Na educação 3.0 houveram modificações do modelo antigo, entendendo que transmissão de conhecimento pelo docente é horizontal, não sendo o único detentor do saber. Neste período ocorre a flexibilidade e os avanços na formação docente para se adequar ao ensino com novas tecnologias. Por outro lado, a partir de 1975 o Brasil instaura a primeira declaração vigente a favor das PCD, que é a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975). Esta declaração assegura o direito a tratamento médico, psicológico e funcional e outros serviços que aceleram o processo de integração social para as pessoas com deficiência.

Para Souza (2016) neste marco, a realidade brasileira foi a instauração de instituições de saúde e de ensino onde as PCD eram inseridas, porém não tinham acesso a outras instituições que não fossem as especializadas. Somente em 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil, houveram mudanças na educação quanto à inserção de PCD, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade pluralista, fraterna e sem preconceito (BRASIL, 1988). Outra legislação muito importante no Brasil é a Declaração de Jomtien: Declaração Mundial de Educação para todos (UNICEF, 1990). Esta declaração institui o fim de preconceitos e estereótipos na educação, assumindo o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país através da construção de sistemas educacionais inclusivos.

A partir destes marcos importantes que inauguraram tardiamente o acesso à educação brasileira para as PCD, o sistema educacional começa a caminhar para buscar acessibilidades das práticas de ensino e também quanto à arquitetura, inserindo o aluno considerado diferente na sala de aula. Com a chegada do século XXI é inaugurada a educação 4.0, com um aprendizado colaborativo e comunitário, e com o aluno sendo protagonista de sua vida e dos problemas da sociedade.

Junto com os alunos, os docentes e a gestão são conduzidos para novas competências para além de aulas interativas, novas metodologias para adaptações necessárias dentro e fora da sala de aula (HADDUD; MCALLEN, 2018). De acordo com Vívela Junior, *et al.* (2020), a educação 4.0 visa estimular os estudantes para as habilidades técnicas, cognitivas, sociais e emocionais, necessárias para as exigências emergentes da 4ª Revolução Industrial.

Concomitante com o avanço da tecnologia educacional, a sociedade percebe a importância de mudanças básicas em prol da equidade, para o caminho da inclusão educacional, por isso no âmbito da educação superior é importante citar a Lei 9.394 (1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996), a Conferência Mundial sobre Educação Superior (UNESCO 1998), com a Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XX: visão e ação, que enfatiza a importância para a igualdade de acesso à educação superior para as PCD. Em 2008 foi consolidada em termos legais a adoção da educação inclusiva enquanto perspectiva para uma nova realidade educacional na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Esta política afirma que o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os estudantes estudarem e aprenderem a conviver juntos, sem discriminações.

Para educação superior a Lei Brasileira da Inclusão 13.146 (2015), foi e é importante, pois propõe o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Em 2016, surgiu o conceito de Educação 5.0 no Japão, com objetivo de utilizar a tecnologia e os avanços da sociedade para melhorar o bem-estar e qualidade de vida das pessoas, não extinguindo o que propõe a 4.0, apenas complementa, abordando uma aprendizagem humanizada, desenvolvendo habilidades sociais e conectando as tecnologias com as áreas humanas. Um conceito muito atrelado a educação 5.0 é a *soft skills* que se refere às competências socioemocionais, comportamentais e pessoais, com intuito de gerenciar as emoções, a capacidade de comunicação, a resolução de problemas, a empatia, a ética, o trabalho em equipe e tudo o que for único de cada indivíduo (FÜHR, 2020).

Um pilar da educação 5.0 também é compreender o impacto da tecnologia no cérebro humano e as formas de aprendizagem, investigando a neurociência para auxiliar ainda mais os processos de aprendizagem que funcionam para os alunos da atualidade. Autores como Fava (2014), Santana (2019) e Führt (2020) destacam que esta nova educação parece uma utopia, mas enfatizam a importância da conquista de uma educação com mais diálogo, que seja empreendedora, criativa, inclusiva, tecnológica, democrática e principalmente que prepare o aluno para o mercado de trabalho de forma integral e humanizada.

No próximo capítulo será abordado sobre a gestão universitária conectada com a educação 5.0 e o seu empenhado no caminho para a inclusão na educação superior.

2.2 As ações da gestão universitária na busca pela educação inclusiva

Ao longo dos anos a gestão universitária se adequou à realidade social e cultural para caminhar a favor da educação inclusiva, com amparo da legislação brasileira, o acesso das pessoas com deficiência no Ensino Superior se deu a partir do final do século XX e início do século XXI (FOSSATTI; JUNG, 2020).

Na atualidade é possível citar a pandemia pelo COVID 19, como um evento que desestruturou a educação brasileira, já que em 2020 a OMS declarou situação de emergência em saúde pública no mundo, tratando-se de um desastre global, que atinge todos os setores indistintamente (SIPIONI, *et al.*, 2020). Sem medidas eficazes como a vacina, o Brasil vivenciou uma alta capacidade de contágio e conseqüentemente elevada letalidade, em fevereiro de

2022 o Brasil estava em terceiro lugar, dentre os países com mais óbitos por COVID 19 do mundo. Ações rápidas dos governos foram e são urgentes para assegurar renda, educação e dignidade às pessoas em condições de extrema vulnerabilidade, sendo os negros e as pessoas com deficiência os mais atingidos (DE CARVALHO, 2022).

Tratando-se da gestão universitária, na pandemia o modo de ensino foi modificado para as aulas online, excluindo muitas pessoas que não tinham acesso à internet e/ou dispositivos eletrônicos, lembrando a antiga educação 1.0. Com o avanço da vacinação no final de 2021 as universidades abriram as portas com os devidos cuidados para receber novamente os alunos e também adaptando uma nova realidade que se divide entre o presencial e o online (VAZ; FOSSATTI, 2020).

Estudos apontam ações que a gestão universitária aplicou e ações que prevê para uma educação de qualidade, no novo formato que é a educação 5.0. Alves (2020) afirma que estratégias interdisciplinares são fundamentais para a nova realidade de ensino, como organizações didático-pedagógicas e metodológicas próprias, já que todos agentes educacionais assumem um papel distinto ao da prática convencional. Para Silva, *et al.* (2020), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve elaborar formas de acessibilidade, já que ele não se limita ao espaço físico da Sala de Recursos Multifuncionais, auxiliando os docentes na escolha das atividades curriculares, com a proposta de que cada aluno aprenda de acordo com as suas especificidades no formato síncrono e assíncrono, assim, as barreiras atitudinais, tecnológicas e comunicacionais são mais fáceis de serem combatidas.

Segundo Cury, *et al.* (2020), a gestão deve propor formação continuada para todos docentes e funcionários, com o foco de que o aluno deve ser o protagonista da educação inclusiva na pandemia e após a pandemia, proporcionando engajamento universitário e autoconfiança, bem como a abertura e o diálogo da universidade com todos alunos.

Para Barreto (2021) e De Carvalho (2020) a pandemia é um alerta para a criação, ampliação e consolidação das políticas de inclusão digital, já que a gestão universitária deve levar em conta as três dimensões para a inclusão digital: acesso, cognição e atitudes. É possível citar ações específicas que a gestão pode promover para a aproximação da educação inclusiva, como a aplicação de softwares educativos, o auxílio na aquisição de notebooks e computadores, o suporte para contratação de pacote de dados e serviços de internet para a universidade e os alunos, serviços de teleconferência, a criação de centros tecnológicos, a oferta de oficinas, treinamentos e cursos de qualificação para otimização do uso dos recursos tecnológicos para alunos, bem como cursos para docentes e funcionários de como agir frente a atualidade com as PCD, assim como soluções didáticas e sociais, bem como a reflexão com aspectos éticos, humanos e socioemocionais.

Neto (2020) destaca ações da gestão como adaptações, com a ergonomia, avançando questões arquitetônicas, dentro da universidade e à domicílio, equidade com recursos didáticos que valorizem o uso da linguagem de sinais, leitores de tela, sintetizadores de voz, letra ampliada, dispositivo de mídia que reúna material didático em áudio e material didático transcrito em braille para pessoas com perda total ou parcial da visão, teclados alternativos, aplicativos da Google for Education, tecnologias assistivas, órteses de auxílio educativo, dentre outras ações que envolvam competências para a atualidade.

3 METODOLOGIA

Este estudo possui cunho qualitativo, com objetivo de analisar os norteadores teóricos que abordam a gestão universitária, a inclusão e a educação 5.0. A tipologia da pesquisa é bibliográfica, pois esta tipologia, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), “[...] fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são

obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas”. Segundo Gil (2002, p. 44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, buscando e selecionando os estudos publicados acerca do tema proposto.

Para o direcionamento e estrutura do estudo, Gil (2002) e Bardin (2016) foram empregados para ordenar a pesquisa em oito etapas: 1ª. Planejamento; 2ª. Elaboração dos objetivos; 3ª. Escolha da metodologia; 4ª. Organização dos prazos e metas; 5ª. Busca por conteúdos teóricos adequados; 6ª. Análise dos dados encontrados; 7ª. Construção de reflexões entre autores; e 8ª. Considerações finais.

A elaboração do referencial teórico, foi realizada uma revisão da literatura disponível nas bases de dados, a saber: Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Banco de Teses e Dissertações Capes. Como descritores, selecionamos para a pesquisa, os termos: “gestão universitária”, “educação inclusiva”, “educação 5.0” e “inclusão”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história da educação e a legislação evidencia a relevância nacional da busca em alinhar um novo presente e futuro mais digno, com a lembrança de um passado fixado em estruturas discriminatórias na qual a educação não pode se amparar, prospectar e nem mesmo retornar àquela realidade segregatória e sem perspectivas inclusivas (DE CARVALHO, 2022; RESENDE, 2019).

Ao observar a trajetória até a educação 5.0, foi possível relacionar as realidades sociais e educacionais ao longo dos anos e para a educação inclusiva acontecer de fato muitas barreiras devem ser eliminadas, garantindo além do previsto em leis, como exemplo a acessibilidade atitudinal. Mantoan (2013) destaca que a inclusão acontece por meio de um processo interativo em que sociedade e alunos com deficiência se reconhecem, adaptam-se e desenvolvem-se, fundamentando o direito de cidadania plena para todos. Logo, o processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional que envolve a revelação de uma educação eficiente, diferente, solidária e principalmente democrática, onde seja exequível ultrapassar o acesso e a integração e alcançar a tão cobiçada inclusão.

É essencial citar o Fórum Mundial de Educação em Incheon, na Coreia do Sul, organizado pela UNESCO, UNICEF, UNFPA, PNUD, ONU Mulheres e o ACNUR, onde é aprovada a Declaração de Incheon que se constitui no compromisso com a Educação para 2030 (UNESCO, 2016) e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030, a partir do documento que reconhece o papel da educação como principal ferramenta para o desenvolvimento, bem como o compromisso para garantir oportunidades de educação inclusiva e equitativa para todos, prospectando as ações que a gestão universitária irá executar a partir da educação 5.0.

Durante a pandemia pelo COVID 19 as instituições de ensino superior aguardaram ações governamentais para agirem de forma conjunta em prol dos alunos. Freitas e Burlandy (2020) afirmam sobre a forte relação entre o governo, a fome e a condição pandêmica no Brasil, tendo em vista a falta de saneamento básico, renda insuficiente, desemprego entre tantos outros problemas sociais. Além disso, no Brasil existem muitos estudantes sem acesso online pela falta de computadores ou de acesso à internet e a cronificação da situação socioeconômica das famílias brasileiras, destacam a dimensão do problema também para a gestão universitária. A modificação, adaptação e transformação das aulas presenciais para as aulas virtuais, atividades assíncronas e síncronas, aderência para dispositivos tecnológicos, as dificuldades com acesso e em adquirir computador, foi agregado nas

rotinas dos educadores sem possíveis reflexões aprofundadas sobre suas demandas e ressonâncias no exercício pedagógico (GUSSO, 2020).

A sociedade é beneficiada com um novo modelo de educação que se preocupa em incluir e projetar no ensino superior o aluno no mercado de trabalho com a proposta inclusiva, para isso as ações da gestão beneficiam para a aquisição das competências socioemocionais necessárias ao estudante que virá a ser um profissional que atua em prol do coletivo e com colaboração, formando uma sociedade mais altruísta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação 5.0 é a promessa de uma sociedade melhor, de um futuro melhor para se viver, por isso tem sua importância no século XXI. As escolas e as universidades precisam se reinventar e formar cidadãos para o mundo do trabalho, o qual se modifica de modo intenso. Mas, a escola também precisa formar cidadãos para viver em harmonia na sociedade, sendo ético, responsável, utilizando as tecnologias com sabedoria e humanidade, e desse modo, contribuir para que se tenha uma sociedade mais inclusiva, ética, produtiva, onde todos tenham seus direitos garantidos e sua humanidade respeitada.

Portanto, esta realidade demanda ampla discussão sobre inovação e disrupção da tecnologia e da inteligência artificial no campo da educação. É imperativo que além daquelas competências básicas, o atual cenário passe a ter foco também nas novas competências sócio comportamentais, socioemocionais que dialogam com as novas tendências de um modelo cognitivo e criativo da educação 5.0. O importante é estarmos atentos à dupla disrupção: tecnológica e humana. Neste sentido, os atores (docentes, alunos e gestores) e as novas competências nos instiguem na construção da Educação 5.0 onde se busca o bem-estar das pessoas; a sustentabilidade do planeta; as competências socioemocionais; a solução de problemas complexos de forma escalável e sustentável, dentre outros. Estar no mundo, e nele deixar nossa contribuição, passou a ser uma premissa que exige, ao menos, conquistar 3 etapas em nossos estágios de autodesenvolvimento, a saber: Autonomia para ensinar e aprender; currículo ligado à vida e disrupção tecnológica e humana.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L.; MAMEDE, S. B. Quando uma pandemia expõe as limitações da escola e da Educação Ambiental formal. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 175-189, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10868>>. Acesso em: 11 set. 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, MEC. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.
- CURY, C. R. J.; *Et al.*. O Aluno com Deficiência e a Pandemia. **Instituto Fabris Ferreira**, v. 1, n. 1, p. 2020-07, 2020. Disponível em: <<http://apmp-files-site.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2020/07/24145917/O-alunoomefici%C3%Aancia-na-pandemia-I.pdf>>. Acesso em: ago 2020.
- DE CARVALHO, L.; *Et al.* Inovação na educação em engenharia por meio do desenvolvimento de competências e habilidades referenciado nos modelos de educação 4.0 e 5.0. **Latin American Journal of Business Management**, v. 13, n. 1, p. 25-38, 2022. Disponível em: <<https://lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/689/329>>. Acesso em: 14 set. 2022.
- FAVA, R. **Educação 3.0**. Aplicando o PDCA nas instituições de ensino. São Paulo: Saraiva, 2014.
- FOSSATTI, P.; JUNG, H. S. **Gestão educacional: temas emergentes**. Canoas: Editora Unilasalle, 2020.
- FREITAS, B. E. C.; BURLANDY, L. Desafios para a segurança alimentar e nutricional no contexto da pandemia do Covid-19., p. 146, 2020.
- FÜHR, R. C. Educação 4.0 e seus impactos no Século XXI. *In: V CONEDU - Congresso Nacional de Educação*. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/30GzzGC>>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.
- GUSSO, H. L.; *Et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, v. 41, n. 1, p. 1-27, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxtrf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- HADDUD, A.; MCALLEN, D. Digital workplace management: exploring aspects related to culture, innovation, and leadership. **2018 Portland International Conference on Management of Engineering and Technology (PICMET)**. p. 1-6, IEEE, 2018.
- MANTOAN, M. T. E. Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença. **Projeto Diversa: educação inclusiva na prática - Instituto Rodrigues Mendes**, 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/fQZCZz>>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- NETO, J. A. Sobre ensino, aprendizagem e a sociedade da tecnologia: por que se refletir em tempo de pandemia?. **Prospectus**, v. 2, n. 1, p. 28-38. 2020. Disponível em: <<https://prospectus.fatecitapira.edu.br/index.php/pst/article/view/31>> Acesso em: 16 ago. 2022.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975 pelo Comitê Social Humanitário e Cultural, 1975.
- RESENDE, C. de O. Ações políticas educacionais inclusivas para os estudantes com deficiência no ensino superior presentes no Planos de Desenvolvimento Institucional do sudeste goiano. **Dissertação**. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019.
- SANTANA, M. Á. S. de.; FONSECA, F. M. S. O desafio do educador frente à utilização das novas tecnologias. **VI CONEDU - VI Congresso Nacional de Educação**, p. 89. 2019.
- SILVÉRIO, L. D.; ISOBE, R. M. R. Educação do Campo em perspectiva: história, política pública e formação continuada de professores/as do ensino básico. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, n. 1, p. e6894-e6894, 2020. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/6894>>. Acesso em: 9 maio. 2022.

SIPIONI, M. E.; *Et al.* Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. **Scielo**. v. 1, n. 1, p. 1-21, 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/660>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SOUZA, M. P. de.; TIMM, E. Z.; GARIN, N. da C. **Ações inclusivas na academia: professores universitários com deficiência**. São Paulo: Editora Universitária Metodista, 2016.

UNESCO. **Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação**. Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, 2016.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior**, 1998.

UNICEF, Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Conferência de Jomtien**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <<https://uni.cf/3B3cD2T>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

VAZ, D.; FOSSATTI, P. A gestão acadêmica em tempos de crise: reinvenção e métodos ágeis no contexto da educação superior. In: Semana Científica da Unilasalle (SEFIC), 2020, Canoas. **Anais SEFIC 2020 VI Consórcio Doutoral Educação**. Canoas: Editora Unilasalle, 2020. p. 1-2.

VIVELA JUNIOR, G. de B.; *Et al.* Você está preparado para a educação 5.0?. **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 12, n. 1, p. 2, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Guanis-Vilela-Junior/publication/337670234_LIVRE-PENSAR_VOCE_ESTA_PREPARADO_PARA_A_EDUCACAO_50_Are_you_ready_for_Education_50/links/5de43a6b4585159aa45a0577/LIVRE-PENSAR_VOCE-ESTA-PREPARADO-PARA-A-EDUCACAO-50-Are-you-ready-for-Education-50.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.